



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

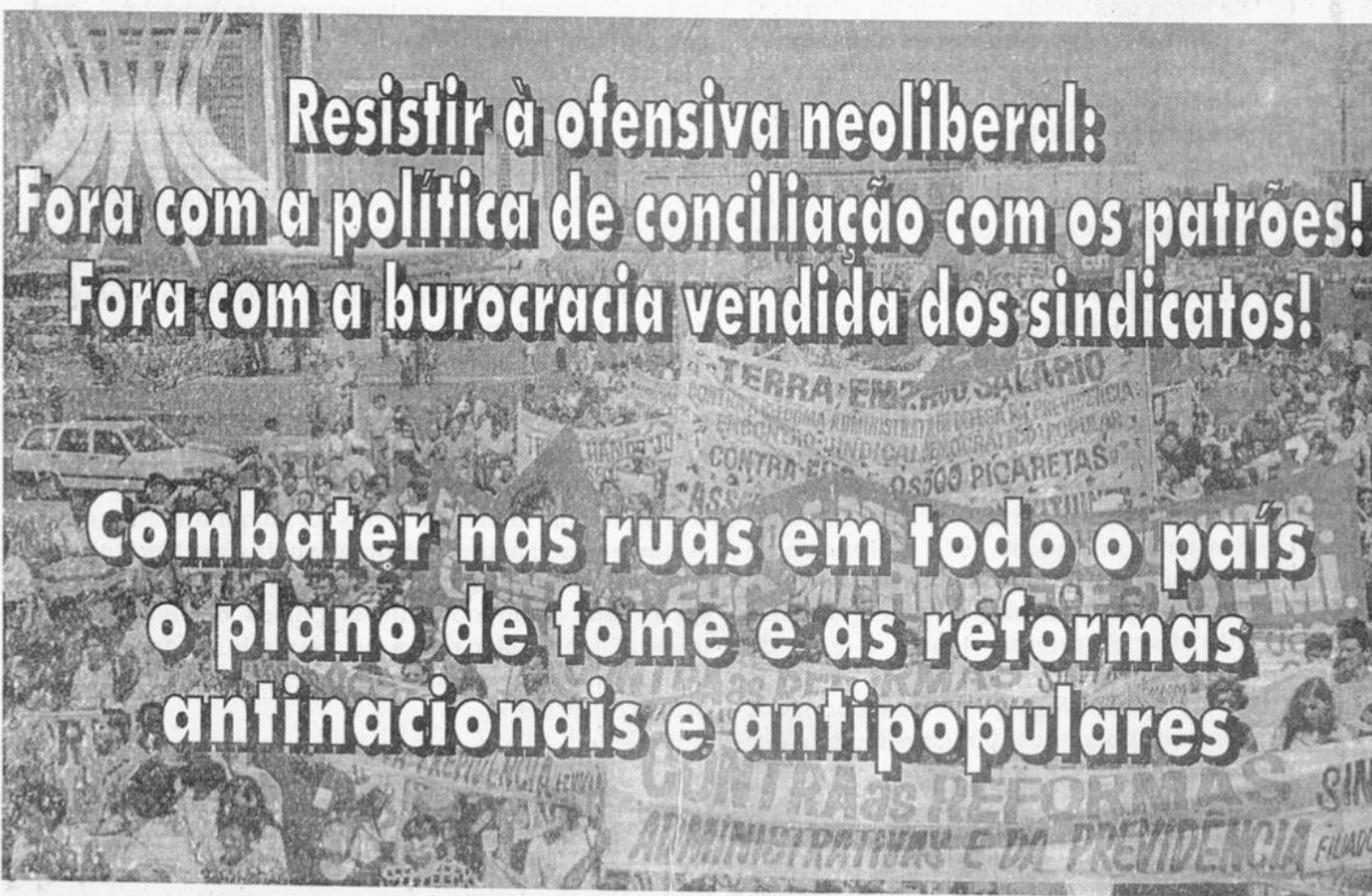
ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VII - Nº 100 - 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Abaixo a prisão política
e a repressão
aos sem-terra!
Organizar a autodefesa
e os comitês contra
a opressão
política e social!**



78 anos da
Revolução Russa

Campanha nacional da TPOR
em defesa da Revolução de Outubro



**Resistir à ofensiva neoliberal:
Fora com a política de conciliação com os patrões!
Fora com a burocracia vendida dos sindicatos!**

**Combater nas ruas em todo o país
o plano de fome e as reformas
antinacionais e antipopulares**

A crise de um plano artificial

A contenção momentânea da inflação não consegue esconder a crise do plano econômico. A manutenção do valor do real frente ao dólar tem ficado cada vez mais cara ao governo. O pagamento de juros fabulosos para atrair investimento estrangeiro no Brasil tem multipli-

cado o déficit público como nunca. A emissão de mais de 20 bilhões de reais em títulos do governo até agosto mostra a gravidade da situação. A dívida interna aproxima-se dos 105 bilhões de dólares, valor idêntico ao do final do governo Sarney, quando chegou-se à hiperinflação. O déficit público também está muito superior ao previsto. Estima-se que estará situado entre 2,6% e 4% do Produto Interno Bruto até o final do ano. Contrasta com o superávit de 0,4% obtido no ano de 1994, quando havia inflação crescente. Aparentemente, os dados estão em conflito com as teorias econômicas, que prevêem que déficit público leva à inflação, porque o governo é obrigado a emitir dinheiro para cobrir suas contas, aumentando o volume de dinheiro no mercado e pagando taxas de juros cada vez maiores. Mas o governo FHC tem conseguido manter o mecanismo artificial de controle da inflação baseado justamente num aumento das dívidas interna e externa e no Fundo Social de Emergência.

O rombo nas contas é contornado com o saque do Fundo Social de Emergência (FSE). Esse mecanismo foi criado durante o governo Itamar Franco, para desviar recursos da saúde, educação e moradia para dar condições ao governo de pagar os juros das dívidas interna e externa. O Fundo também corta verbas de estados e municípios, ao reter parte do imposto de renda descontado dos servidores nas mãos do governo federal. Este ano, o Fundo colocará mais de 2 bilhões de reais nas mãos do governo FHC. A sobrevivência do Plano Real está na prorrogação desse mecanismo, do contrário o rombo nas contas públicas explodirá em inflação.

Por isso a votação do FSE abriu uma crise entre o governo e o Congresso, controlado pelas oligarquias regionais. O presidente do Congresso, senador José Sarney, adiou a votação da prorrogação do FSE para tentar negociar com o governo a retirada do corte de verbas dos estados e municípios do FSE. A proposta de prorrogar o FSE por 18 meses, acordada com o governo, ainda está ameaçada pela luta das oligarquias contra o corte de verbas.

O governo alega que necessita do FSE por mais dois anos, tempo calculado por

FHC para que o Congresso aprove as reformas constitucionais que desembocarão nas reformas fiscal, tributária e administrativa. Em outras palavras, o governo quer que o Congresso aumente e centralize impostos, corte orçamentos de estados e municípios, aprove a demissão em massa do funcionalismo e acelere as privatizações, tudo isso para criar as condições para manter o parasitismo das dívidas interna e externa.

Enquanto isso, a crise econômica avança. Setembro registrou queda na produção industrial de mais de 13% em relação ao ano passado. A inflação, que chegou a ser negativa pela influência do preço do mamão nos cálculos em setembro, voltou a seguir um ritmo de crescimento, desta vez puxado pelos produtos alimentares. O dólar segue se valorizando frente ao real. As bolsas de valores tiveram quedas, causadas pela crise dos planos neoliberais de México (que não conseguirá pagar 2 bilhões de dólares aos EUA este mês e teve nova e grande desvalorização do peso), Argentina (que terá que emitir mais 500 milhões de dólares em títulos para financiar seu plano), Venezuela (que descongelou a paridade com o dólar) e Brasil, onde o governo pediu a aprovação do Congresso para um complemento orçamentário de 2,8 bilhões de reais, destinados ao pagamento do funcionalismo.

Ainda que o governo consiga aprovar a prorrogação do FSE, a crise do plano continuará. A recessão tende a reduzir a arrecadação de impostos e agravar o déficit público. As reformas fiscal e tributária encontram-se paralisadas. Se as oligarquias não querem ceder nem mesmo a parcela de cortes do FSE, que se dirá então de cortes mais definitivos?

A incapacidade do governo em cumprir com suas obrigações criará temores nos investidores estrangeiros. A dificuldade em pagar os salários do funcionalismo mostra que o déficit público está se tornando maior que o controlável com remanejamento de verbas. Se o governo não consegue saldar seus compromissos, não poderá bancar as altíssimas taxas de juros que sustentam o parasitismo financeiro. O capital de curto prazo correrá atrás de investimentos mais estáveis, e a âncora do plano se desintegrará.

O neoliberalismo tem como bases a criação de condições aos estados nacionais para sustentarem o parasitismo financeiro e a destruição das economias nacionais atrasadas em favor da desova de produtos enalhados dos países desenvolvidos. Por caminhos tortuosos, inevitavelmente levará à quebra de forças produtivas e falência financeira. Não é possível sustentar o gigantismo do parasitismo financeiro aliado à destruição de forças produtivas. As crises sucessivas dos planos se seguirão.

Para os oprimidos de todas as nacionalidades oprimidas, só cabe a luta ant imperialista e anticapitalista, que varra com os planos neoliberais de fome e miséria. No Brasil, como nos outros países oprimidos pelo imperialismo, coloca-se a necessidade da construção da frente revolucionária ant imperialista, encabeçada pelo proletariado.



Aprovada quebra da estabilidade do funcionalismo

A Comissão de Constituição e Justiça do Congresso aprovou o projeto de reforma constitucional que permitirá aos governos demitirem funcionários públicos estáveis (concursados). A votação foi apertada, com apenas um voto a mais que o mínimo necessário para a aprovação. O PMDB votou dividido, expressando sua crise interna, a insatisfação de setores ligados às oligarquias e a disputa por cargos.

No projeto original do governo, constava a liberação do poder executivo para privatizar estatais sem a autorização do congresso. Essa parte do projeto foi rejeitada pela comissão, porque as oligarquias ainda pretendem utilizar sua influência nos processos de privatização para barganhar com o governo.

O acordo que permitiu a aprovação apertada do projeto permite iniciar as demissões com os funcionários sem estabilidade. Em seguida, os estáveis também serão demitidos, até que em cada setor governamental não se gaste mais de 60% do orçamento com folha de pagamento. Depois, os governantes podem demitir por excesso de pessoal, um critério totalmente subjetivo e sujeito ao autoritarismo governamental. E ainda o governo poderá demitir estáveis por "incompetência", o que será ainda mais arbitrário e abrirá caminho para perseguições políticas.

Inicialmente, a reforma administrativa atingirá mais duramente os setores públicos que contam com mais funcionários contratados sem estabilidade: principalmente os serviços sociais públicos. Portanto, a reforma administrativa atacará duramente os servidores, e também a população em geral, que será afetada diretamente com a piora da educação e saúde.

O ataque ao funcionalismo foi iniciado no governo Collor, que foi o primeiro governo a pôr com vigor em marcha as medidas ditadas pelo FMI no sentido da aber-

tura de mercado e enxugamento do estado. O obstáculo para ir mais longe esteve nos impedimentos legais, na divisão interburguesa e numa limitada resistência grevista.

O governo FHC depende do andamento das reformas para dar continuidade ao plano Real. É exigência do capital financeiro internacional (imperialista) que os estados se desincompatibilizem dos serviços sociais públicos e até do pagamento dos salários do funcionalismo, a fim de dar condições para sustentar o parasitismo financeiro das dívidas interna e externa.

O funcionalismo está diretamente ameaçado no conjunto pela medidas da reforma administrativa. O governo pretende abrir uma divisão no movimento apresentando as demissões que atingirão primeiro um setor, depois outro. A única maneira de resistir às demissões é a organização imediata da greve geral unificada do funcionalismo. A esse movimento, deve-se somar a luta nacional de massa de todos os trabalhadores e suas famílias, que serão duramente afetados com a piora ainda maior da educação e saúde.

A cada dia se torna mais necessária a luta nacional de massa contra o plano neoliberal. A luta antiimperialista e anticapitalista é a única saída progressiva à situação. Quanto mais tempo se demora para erguer a ação direta das massas, mais os capitalistas avançarão, apesar de todas as suas divisões intestinas, contra as condições de vida da população.

Nacional



Abaixo as prisões políticas dos sem-terra! Abaixo a condenação política de Manoel Boni!

No fechamento desta edição, a polícia prendia Diolinda Alves de Souza, mulher de José Rainha, e já estava decretada a prisão de mais 3 lideranças do movimento dos sem-terra.

Em Diadema, Manoel Boni foi comunicado da condenação num dos processos da Vila Socialista por dois anos e oito meses, em regime aberto. O que significa que não poderá sair de casa após as 22 horas, nem ser pego nas mobilizações de massa. Trata-se da intimidação, da perseguição política, que permitirá facilmente a prisão do companheiro, que atua em vários movimentos populares.

O estado democrático burguês mostra sua face verdadeira de ditadura de classe dos capitalistas, e se põe como instrumento de repressão contra as massas oprimidas, que lutam por um pedaço de terra, seja para nela plantar ou colocar um teto para suas famílias, coisas básicas para a sobrevivência digna que o capitalismo tornou-se incapaz de conceder aos seus escravos.

A tarefa colocada é fazer uma campanha nacional contra as prisões e condenações políticas e a construção dos comitês unitários de luta contra a opressão política e social, e a organização da autodefesa dos movimentos, contra a repressão burguesa.

ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970
CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Acordo de flexibilização da jornada aumenta exploração

O sindicato dos metalúrgicos do ABC, dirigido pela CUT, fechou acordo com a Ford, instituindo a jornada de trabalho flexível. Por esse acordo, a jornada média de trabalho será, ao longo de um ano, de 42 horas semanais. A empresa pode aumentar ou reduzir a jornada de acordo com suas necessidades. Se, ao final de um ano, os empregados trabalharem mais de 42 horas semanais, haverá pagamento do excedente pela empresa. Senão, não haverá desconto dos salários.

Os patrões e os pelegos do sindicato dizem que trata-se de uma adaptação à modernização internacional das empresas, e que evitará demissões. Trata-se de uma tremenda enganação.

O que acontecerá de fato é que as empresas poderão aumentar a jornada de trabalho em períodos de aumento das vendas, e reduzir a jornada em momentos

de recessão mais grave. Assim, todas as horas trabalhadas pelos operários terão rendimento ótimo. A exploração do trabalho será maximizada. Em relação à prática atual, a empresa ganha duas vezes: não precisará pagar horas-extras trabalhadas quando a produção estiver alta e pode compensá-las quando a produção cai, enquanto que sem o acordo, teria que manter o pagamento dos funcionários trabalhando ainda que em ritmo mais lento. Podemos traduzir o acordo de flexibilização como a "instituição da hora-extra gratuita".

A outra mentira é a da redução do desemprego. A tendência mundial do capitalismo é a da redução da mão-de-obra empregada. A estagnação do mercado mundial obriga as multinacionais a pressionarem os países atrasados a abrirem seus mercados para as mercadorias encahadas nas metrópoles. Isso leva à quebra de parte das indústrias e reestruturação das outras, com a introdução da informatização e robotização, demissão de parte dos funcionários e aumento da exploração do trabalho sobre os outros. O desemprego tem crescido na esmagadora maioria dos países. O capitalismo não tem como evitar o aumento de seu exército de desempregados. Os trabalhadores só podem evitar o crescimento do desemprego lutando contra os capitalistas e seus

governos, exigindo a divisão do trabalho disponível entre todos os assalariados, através da redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Os reformistas dirão que os capitalistas em crise não podem manter seus negócios dessa forma. Respondemos que se o capitalismo não pode sustentar seus escravos, então que morra. A luta em defesa do salário e emprego serve para mobilizar o conjunto dos explorados e mostrar-lhes, pela sua própria experiência, a necessidade da destruição do capitalismo e da sua substituição pelo socialismo.

Os assalariados instintivamente tendem a se mobilizar contra os ataques a seus salários e empregos. O maior obstáculo a que essas lutas se concretizem num movimento de conjunto contra o governo e a burguesia são os burocratas dos sindicatos, de direita ou reformistas, que desesperadamente buscam ajudar os capitalistas a manterem vivo o sistema de exploração do trabalho. Os operários conscientes precisam se colocar pela derrubada da burocracia vendida dos sindicatos e pela construção de direções revolucionárias, que ajudem as tendências instintivas de luta a se transformarem em luta consciente contra o capitalismo. A construção do partido operário revolucionário é indispensável nesse processo.

Campanhas salariais estão sendo enterradas pelos pelegos

O dia 1º de novembro marca a data-base de várias categorias de trabalhadores. Metalúrgicos, químicos, plásticos, carnes e frios, coureiros, vidreiros etc. poderiam conformar um movimento único e poderoso contra os patrões e o governo, e impor reajustes salariais e garantia do emprego. Mas as direções sindicais negaram-se a construir campanhas de luta, e estão negociando acordos que mantêm o arrocho salarial e não garantem o emprego.

Os metalúrgicos de S. Paulo estão com greve geral marcada para o dia 07 de novembro. Reivindicam 15% de reajuste. Um setor patronal já se antecipou e fechou um acordo em separado, garantindo a exclusão de seu setor da greve. Como a

reivindicação fixada pelo sindicato é pequena, a chance de saírem acordos e se evitar a greve é grande. Por outro lado, a presença massiva em assembléias e o fato de Paulinho e sua gangue terem sido obrigados a acenar com a greve, ainda que como blefe, mostra a tendência de luta na classe.

A situação não pode ser muito diferente nas outras categorias. A disposição de luta está sendo enterrada com as políticas divisionistas das burocracias tanto da Força Sindical como da CUT.

A dissolução das campanhas salariais mostra que a luta contra o plano e as reformas de fome do governo, em defesa do salário e emprego, passam pela luta contra a política traidora das direções dos sindicatos, e pela construção de novas direções, de luta, baseadas num claro programa revolucionário.



Continua a disputa aparelhista no PT

Uma nova tentativa de solução do impasse na constituição da direção executiva do PT, realizada no final de outubro, fracassou. A corrente Articulação não admitiu que a oposição, que teve 46% dos votos no Encontro Nacional, ficasse com a secretaria geral.

Depois do primeiro embate, a oposição, liderada pelo deputado Arlindo Chinaglia, coletou assinaturas entre vários deputados exigindo uma melhor distribuição dos cargos de direção. Essa atitude foi tomada como um assente por José Dirceu e seus apaniguados da Articulação.

Mesmo com esse embate público, as correntes de esquerda, adaptadas ao PT reformista, não conseguiram seu intento de desbancar da secretaria geral Cândido Vaccarezza, ligado ao grupo de Rui Falcão. O interessante é que Vaccarezza foi anteriormente eleito para a presidência do PT regional de São Paulo em aliança com O

Trabalho, Democrata Socialista, Força Socialista e outros centristas decompostos. Depois disso Rui Falcão/Vaccarezza rompeu a aliança com a esquerda e se uniu com o centro da Articulação, que por sua vez se uniu à direita com o grupo do vendido José Genoíno.

Já dissemos anteriormente que se trata de uma disputa aparelhista e não por um programa em defesa do partido da revolução proletária. O Trabalho e DS, revisionistas do trotskismo, há muito aderiram à estratégia do governo democrático popular, cujo conteúdo de classe é burguês, e à tática da frente-popular.

Com a tendência do PT ir cada vez mais à direita e se tornar um partido repressivo aos trabalhadores, como demonstra a chacina de Corumbiara, a esquerda revisionista se vê num difícil situação, em que suas bases pressionam pela ruptura. Por outro lado, a camarilha aburguesada de

José Dirceu/Genoíno, sedenta de postos no Estado, não mais pode admitir a demagogia esquerdista num partido, totalmente eleitoral e corrompido pelo dinheiro de grupos capitalistas.

Tudo indica que depois das expulsões da Convergência Socialista e Causa Operária (a T.POR rompeu conscientemente em defesa do programa e depois da expulsão de seu militante Boni), apoiada pelo O Trabalho, DS etc, chegará a vez dos pseudo-opositores.

Os militantes de base sérios têm o dever de romper com ambas as camarilhas e se colocarem pela construção do Partido Operário Revolucionário.

Nacional

A "guerra" das seitas

A teatralização do pastor Sérgio Von Helder, da Igreja Universal, chutando Nossa Senhora Aparecida, símbolo do misticismo da Igreja Católica, serviu para as seitas religiosas apelarem para o sentimento das massas. Ou seja, a Igreja Universal condena o culto às imagens, para ganhar adeptos do catolicismo. Por sua vez, os bispos reagiram em grande proporção para excomungar os profanadores da santa.

Os órgãos de comunicação da burguesia entraram em cheio na disputa das seitas. A Rede Globo descontente com a Universal que comprou a TV Record atçou combustível na foguei-

ra. Por toda parte, surgiram vozes rechaçando a quebra de solidariedade e ética da Igreja Universal.

Os trabalhadores não podem ser hipnotizados pelas seitas religiosas, cuja função é convencê-los a não lutar contra os capitalistas e seu Estado. As Igrejas são defensoras da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, da escravidão assalariada. São criaturas dos exploradores, que intoxicam a mente dos oprimidos com as promessas divinas, de um mundo eterno que nunca virá.

Não é por acaso que as seitas religiosas pregam o pacifismo, quando a

burguesia ataca violentamente os trabalhadores. São agências de assistencialismo social, com o dinheiro do Estado, quando os exploradores morrem de fome e precisam combater os exploradores para se emanciparem definitivamente da exploração do trabalho.

A verdadeira eternidade oferecida pelas Igrejas é o da continuidade da escravidão capitalista.

Lançada Revista Proletária na Educação

Reproduzimos abaixo apresentação de lançamento da Revista Proletária da Educação, publicação do POR:

Apresentamos aos professores, estudantes e funcionários de escola, e ao movimento operário e popular, o primeiro número da *Revista Proletária da Educação*. Pretendemos que ela sirva como instrumento de propaganda e luta política em defesa da concepção marxista da educação, desenvolvida desde Marx e Engels, Lênin e Trotsky, e que se mantém em desenvolvimento. A defesa das idéias

proletárias ajudará na luta diária contra a destruição da educação em todos os sentidos, que vem sendo promovida pelo capitalismo decadente, através da política neoliberal, ditada pelo imperialismo para manter artificialmente vivo o sistema de exploração do trabalho, verdadeiro cadáver histórico que arrasta a humanidade para a sua autodestruição. Certamente se chocará contra as invenções reformistas, que se batem como peixes fora d'água para tentar remendar a educação burguesa decadente, curvando-se ao publicismo burguês que fala da morte do socialismo e de

um capitalismo perene, capaz de se renovar eternamente. A compreensão científica e marxista da educação ajudará na luta que libertará o homem da exploração e a educação dos exploradores e seu Estado, através da revolução proletária, a ser encabeçada pelo partido operário revolucionário, hoje em estado embrionário de construção.



Fazendeiros se armam contra os sem-terra

Responder com a autodefesa e os comitês de luta contra a opressão política e social

Nacional

Em resposta ao movimento dos sem-terra da região do Pontal do Paranapanema, os fazendeiros estão contratando empresas de segurança. O fazendeiro, grilheiro e vice-presidente do Sindicato Rural de Presidente Prudente, Célio Romero, declara abertamente que a saída para proteger as propriedades é constituir uma milícia particular.

Explica que esta será legal, como as que protegem os bancos, supermercados etc. Pretende "privatizar" a segurança das fazendas no Pontal de tal forma que os assassinatos de sem-terra estejam dentro da lei.

O latifundiário justifica assim o objetivo da milícia: "Se um vigilante mata um assaltante de banco, não é o gerente quem vai responder por isso, não é?" Como vemos, os sem-terra são comparados a assaltantes. A mente reacionária dos capitalistas reflete a propriedade dos meios de produção. O pensamento exposto pelo fazendeiro é o mesmo de toda burguesia.

O poder econômico controla as armas para manter seu domínio, ou seja, a propriedade privada dos meios de produção. Enquanto seus escravos modernos trabalham e se submetem passivamente, o poder armado apenas os vigia. É a isso que os capitalistas chamam de paz e de ordem. São a paz e a ordem da ditadura da classe exploradora contra a maioria explo-

rada, seus escravos da atualidade.

É sob esse regime político e social que as massas passam fome, com trabalho ou desemprego. É sob o tacão dos latifúndios que os camponeses pobres perdem suas terras, são expulsos do campo ou vegetam como bóias-frias na agroindústria.

A ditadura de classe da burguesia sobre a maioria trabalhadora advém do seu domínio sobre a propriedade privada dos meios de produção, o que quer dizer do domínio sobre a força de trabalho dos milhões de explorados. No momento em que os trabalhadores se rebelam, porque já não têm como viver sob tamanha opressão social, como é o caso das ocupações de terra, os capitalistas mostram o verdadeiro rosto de sua ditadura através das armas.

O massacre dos sem-terra na Fazenda Santa Elina, em Corumbiara (RO), mostra o método da guerra civil utilizado pela burguesia e seu Estado. Por se tratar de uma chacina localizada, o governo procurou esconder esse método, propagandeando que apenas foi um excesso.

Os fazendeiros do Pontal criticam a orientação de Fernando Henrique Cardoso/Covas de negociar uma solução pacífica e incentivar com isso as ocupações. Dizem que o Estado não está cumprindo a lei, que é de proteger a propriedade e manter os camponeses na penúria. Eis a razão por que os fazendeiros estão constituindo um fundo para contratar a força paramilitar de vigilantes.

Ocorre que o governo está testando a via das negociações com o MST, para ver se em colaboração consegue barrar o crescimento das lutas camponesas e desta forma proteger em geral a propriedade latifundiária. O MST tem concentrado as ocupações nesta região justamente porque as terras já pertencem ao Estado. Os fazendeiros são grileiros. A ponto de inicialmente uma parcela deles admitir apenas a indenização das benfeitorias, oferecida por Covas, para assim facilitar os assentamentos e amenizar a luta de classes no Pontal.

Porém, se uniram e voltaram atrás, exigindo que o governo faça o mesmo que em Corumbiara, caso contrário eles o farão contratando vigilantes. Trata-se de jagunços legais, apropriados para o estado mais "civi-

lizado" da federação.

As ameaças dos fazendeiros devem ser bem observadas pelos trabalhadores. Elas revelam como a burguesia exerce sua ditadura de classe. O armamento dos capitalistas se dá em vários níveis: 1. O exército; 2. A polícia; 3. As empresas de seguranças (vigilantes); 4. Forças paramilitares (jagunços, esquadrões etc.).

Todas essas formas se dão com a cobertura do Estado e do governo burguês de plantão. Expressam a defesa armada da propriedade privada dos meios de produção, fonte de exploração e miséria da maioria.

Na luta contra os camponeses (e também contra os operários), o denominado governo democrático usa de toda artimanha. Vai desde os planos de assentamento negociado com o MST até a chacina.

A capacidade de repressão não está apenas nas mãos do governo federal, este a centraliza. Por toda parte, a burguesia sustenta seus poderes particulares, além do geral concentrado na União.

Vemos que cada vez mais a burguesia tem de se armar, devido à desagregação do seu sistema de exploração e a conseqüente agudização da luta de classes. Os trabalhadores não podem confiar que a via de conciliação apresentada por Fernando H. Cardoso/Graziano é uma alternativa positiva frente às ameaças armadas dos fazendeiros. Toda e qualquer atitude pacifista e conciliadora fortalece o poder geral dos latifundiários.

Nosso caminho é o de unificar o movimento operário e camponês, torná-lo massivo e fortemente organizado pela base. Sob o método da luta de massa e do programa da aliança operário-camponesa, podemos construir os comitês de autodefesa e as milícias populares. As direções que não preparam o movimento para os violentos confrontos acabam levando a luta para um beco sem saída. Por isso é necessário combater o pacifismo e o colaboracionismo. O armamento dos fazendeiros é uma pequena amostra de como a burguesia se agarra na propriedade dos meios de produção.

Nossa bandeira contra o armamento dos latifundiários e do Estado é: por comitês de autodefesa e formação das milícias populares.



Todo apoio às ocupações do Pontal

Os camponeses sem-terra de Sandovalina, Pontal do Paranapanema, reiniciaram as ocupações depois de esgotado o prazo de negociação com o representante do Incra, Sr. Graziano. Os fazendeiros-grilheiros voltaram atrás na sua "disposição" de receber como indenização apenas as benfeitorias. E iniciaram uma verdadeira campanha de intimidação e terror contra os sem-terra.

Nada disso quebrou a disposição dos camponeses ocuparem a fazenda São Domingos e terras de propriedade da Cesp. O fracasso dos planos do Incra poderá dar lugar a uma selvagem repressão sobre os sem-terra.

Exigimos da CUT, sindicatos e correntes a convocação de plenárias de base para preparar uma resposta em favor dos sem-terra do Pontal, Corumbiara e de todo país.

A Justiça burguesa quer trancafiar José Rainha e seus companheiros

Nem bem José Rainha e outras lideranças reiniciaram as ocupações no Paranapanema, a Justiça burguesa decretou as prisões. O objetivo é decapitar o movimento.

Primeiramente, o governo tentou cooptar as lideranças do MST para pôr fim às ocupações, numa espécie de tregua em favor dos donos de terra. O presidente do Incra lançou a bandeira de "UTI dos sem-terra", que significa negociar migalhas de assentamentos, ainda para um futuro incerto.

Para isso se reuniu com o MST, Pastoral da Terra, CNBB, Contag, OAB, PT, Sociedade Rural Brasileira (de latifundiários) etc. Francisco Graziano procurou montar um grande aparato em torno do governo para quebrar o ímpeto das ocupações.

Neste quadro, a justiça burguesa procurou dar tempo ao pedido de prisão de José Rainha, como parte da tentativa de conciliação. Uma vez que os sem-terra do Mirante resolveram reocupar as terras, o juiz decretou sua prisão, de sua mulher e outros lutadores.

Tudo indica que o desfecho desse conflito no Pontal não será cor-de-rosa. Os latifundiários exigem do governo mão de ferro, ou então eles mesmos a usarão por conta própria.

É necessário que o movimento operário, popular e camponês saiam em defesa dos líderes ameaçados pelos capitalistas. Nada de prisões! Que as terras sejam entregues aos camponeses! Lutemos contra os capitalistas e seu governo!

Pelo aparecimento dos oito camponeses desaparecidos na chacina de Corumbiara e punição dos assassinos e mandantes.

O governo FHC tem feito muita demagogia com a apuração do massacre dos sem-terra. O fato é que ainda continuam desaparecidos 8 trabalhadores e nenhuma punição aos assassinos foi desfechada. E nem será pelo governo burguês.

Basta ver que este mesmo comprovou que as armas usadas para os fuzilamentos eram particulares, para que os policiais assassinos não fossem identificados. O que também indica a presença de jagunços na matança, evidentemente pagos pelos fazendeiros da região.

A única maneira de ajustar contas com a burguesia criminosa é constituindo os tribunais populares, representados por delegados de base eleitos diretamente nos locais de trabalho e assembleias. Não basta fazer apenas abaixo-assinados e outros protestos formais.

Limitar-se a isso, como tem feito as correntes, e negar-se a uma campanha pelos tribunais populares é cair na impotência. Defendemos utilizar todos os meios de denúncia, mas subordinados à tática de mobilização pelos Tribunais Populares.

Pela libertação dos presos e fim das perseguições

O governo Raupp mantém preso Sebastião Pereira, uma das lideranças expressivas dos sem-terra de Corumbiara. E caça por

toda parte o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara, Adelino Ramos e mais 4 lutadores. Além de assassinar 9 camponeses e manter desaparecidos outros 8, o governo dos latifundiários mantém encarcerado Sebastião Pereira e continua a perseguição policial a outros líderes.

É necessário que todas as correntes do movimento operário e camponês realizem uma campanha unitária contra a ofensiva dos capitalistas e seu governo.

Que a Fazenda Santa Elina seja imediatamente entregue aos sem-terra que nela ocuparam.

A violenta repressão militar-jagunço contra os ocupantes da fazenda Santa Elina não pôs fim ao movimento, como pretendia o governo e os latifundiários. Logo depois da chacina, os sem-terra se reagruparam em acampamento. Mantém de pé o objetivo de conquistar a terra.

O presidente do Incra anunciou que está arremando uma nova área para assentá-los. Desta forma, o governo espera diminuir o impacto da violência reacionária e evitar novos confrontos de classe. Devemos exigir a expropriação sem indenização da Fazenda Santa Elina e sua entrega aos trabalhadores.

Constituir os comitês contra a opressão social e política

A Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR) vem analisando que a crise progressiva do capitalismo e o agravamento da luta de classes obrigará o governo e a burguesia a desfecharem poderosos ataques repressivos sobre as massas. Por outro lado, a burocracia sindical e os reformistas tendem a se soldarem mais ainda aos interesses dos exploradores, anulando os sindicatos como instrumentos de resistência operária.

Fatos, como o de Corumbiara e a ocupação militar das refinarias na greve dos petroleiros, vêm comprovando nossa previsão. Em vista disso, o POR tem convocado todas as correntes de esquerda, a vanguarda das lutas e os trabalhadores a constituírem uma frente de luta em torno da constituição dos Comitês Contra A Opressão Social e Política.

Lamentavelmente, correntes como PSTU, Causa Operária (CO) etc. têm se negado terminantemente a nos dar ouvidos. Depois correm atrás dos acontecimentos, como no caso da chacina de Corumbiara. O pior é que cada uma faz sua campanha particular, típico do oportunismo/sectarismo.

Temos impulsionado em Diadema um Comitê, com reuniões periódicas e um panfleto, onde integram conosco o Coletivo dos Trabalhadores. As duas correntes (PSTU/CO) tão "trotskystas" fazem de conta que nada existe. Quem sabe um dia, diante da adversidade, aprendam a realizar o trabalho frentista contra os ataques da burguesia e saiam do seu particularismo.

Todo apoio aos comitês de luta! Vamos formá-los por todo país! Realizemos uma verdadeira campanha unitária contra a repressão aos sem-terra! Organizemo-nos numa frente de luta antiimperialista e anticapitalista! Organizemo-nos sob a bandeira da aliança operário e camponesa!

NACIONAL



A luta camponesa é estratégica para a revolução social

O choque entre camponeses sem-terra, latifundiários e governos estaduais tem-se projetado como um problema político de primeira magnitude nos últimos tempos e, particularmente, agora sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo com o regime militar, que se implantou contra as Ligas Camponesas e a insurgência operária nos grandes centros urbanos, o problema camponês não deixou de ser preocupação do Estado. O Estatuto da Terra dos generais pressupunha o assentamento dos sem-terra. Os governos civis da "abertura democrática", que substituíram a ditadura militar, mantiveram a mesma ladainha da "reforma agrária". Entretanto, todas as experiências nesse sentido foram fracassadas.

A burguesia decadente e reacionária se mostra incapaz de solucionar a tarefa democrática do acesso às terras as milhares de famílias camponesas. Basta se ver que o "Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985" (governo Sarney), que pretendia entregar 43 milhões de hectares a 1,4 milhão de famílias, acabou assentando apenas 15 mil famílias em terras do próprio Estado. O ex-presidente Collor seguiu a mesma trilha e Fernando Henrique Cardoso já deu mostras dos primeiros fracassos. Antes do golpe de 1964, o governo nacionalista de Jango tentou a denominada Reforma de Base, que dividiu irremediavelmente a burguesia e precipitou a queda das forças nacionalistas do poder do Estado.

A questão agrária não se resume a cerca de 4 milhões de sem-terra. Existem outros milhões que sobrevivem à mingua nos minifúndios, com média de 20 hectares, enquanto que apenas 1% de grandes propriedades dominam 44% das terras. A

tendência do capitalismo monopolista é de continuar expulsando os camponeses e aumentando ainda mais a superconcentração fundiária existente.

O capitalismo semicolonial no Brasil teve a particularidade de conservar a estrutura latifundiária, organizada desde a colonização, em detrimento da massa de pequenos proprietários camponeses. O desenvolvimento das relações capitalistas no campo reforçou essa estrutura, criando mais sem-terra desapropriados, semiproletariando os minifundiários e originando os "bóias-frias" proletários. Essa tendência não poderá ser revertida com a política de assentamentos, que se constitui numa farsa para enganar os camponeses em luta e uma forma de se manter a opressão latifundiária.

O reformismo e a Igreja têm sido tributários dessa manobra. Embora tais medidas e a política clerical de assentamento tenham atrasado a luta de classe no campo, não têm sido capazes de conter a agudização dos choques com os latifundiários. Conforme a linha estatal e reformista dos assentamentos vai francassando e mostrando sua função de perpetuação do latifúndio, os camponeses vão se alertando e radicalizando os métodos de luta da ocupação e resistência. O aumento da repressão sanguinária e da quantidade de despejo militar de ocupantes sem-terra atestam o desenvolvimento da luta camponesa.

Para o programa da revolução proletária, a luta camponesa é fundamental. As massas agrárias em luta contra os latifundiários são uma força social imprescindível para a expropriação geral da burguesia pelo proletariado. Tanto é que o governo e reformistas de esquerda procuram controlá-la e apaziguá-la pela via dos assentamentos.

A tarefa democrática da reforma agrária só pode ser cumprida através da derrota global dos capitalistas, que mantêm suas frações unidas através do Estado contra proletários e camponeses. A unidade da maioria oprimida em torno da aliança operário-camponesa, sob o programa da revolução e ditadura proletárias, é estratégica para avançar o movimento emancipador antiimperialista e anticapitalista.

Conferência da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (POR)

No início do próximo ano, será realizada a II Conferência do POR, isso depois de já ter realizado 4 congressos. A militância está consciente de que o problema central a ser discutido e equacionado refere-se à organização partidária.

Avaliamos que o POR realizou um progresso significativo quanto à formulação das posições programáticas e ao acerto da linha política. Porém, falta traduzí-los em penetração no movimento operário e organização celular nos locais de trabalho.

O crescimento nacional do POR para vir a se constituir num vigoroso partido marxista-leninista-trotskista é fundamental para resolver as contradições entre as condições amadurecidas para a revolução proletária e a crise de direção, que, diga-se, é internacional.

Lutamos pela construção do Partido Mundial da revolução socialista, ou seja, a IV Internacional, que tem como orientação o Programa de Transição, legado por Leon Trotsky.

O desenvolvimento do POR no Brasil será um extraordinário impulso para essa tarefa na América Latina e outras partes. Contamos para isso não só com a experiência acumulada das Internacionais, particularmente do bolchevismo, como também no momento presente com a elaboração programática e tática do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, pivô da constituição do Comitê de Enlace pela IV Internacional.

Trata-se da militância estudar com vigor e entusiasmo os documentos da Conferência e contribuir para enriquecer as formulações político-organizativas.

Convocamos também todos os simpatizantes a acompanharem atentamente as discussões da II Conferência, para estreitar mais ainda seus laços com a construção do Partido Operário Revolucionário.

Viva a Conferência do Partido Operário Revolucionário!



Somente um tribunal popular pode punir os responsáveis pela chacina contra os sem-terra ocupantes da fazenda Santa Elina

Em outubro, a tropa de choque do governo Raupp, em Rondônia, assassinou nove camponeses e oito continuam desaparecidos, provavelmente mortos e escondidos.

Os sem-terra ocupavam a fazenda Santa Elina, na região de Corumbiara, propriedade de um rico capitalista paulista, quando de madrugada foram surpreendidos pela tropa armada numa verdadeira operação de guerra civil. Os sem-terra, sem terem chance de se defender, foram pisoteados, torturados e presos. Os mortos foram resultado de execução.

Tal chacina mostra a barbárie capitalista, um sistema que é um tumor aberto.

Os latifúndios esmagam milhões de camponeses minifundiários, sem-terra, semiproletários e proletários agrícolas. A sustentação desse regime social só pode se dar através da militarização do campo e da violência reacionária da burguesia.

O massacre de Corumbiara se dá sob o manto da democracia burguesa, sob o governo federal de Fernando Henrique Cardoso e estadual de Raupp, o que mostra bem a sua verdadeira face de ditadura da classe capitalista contra a maioria explorada.

Os reformistas do PT, que pregam melhorias no capitalismo semicolonial e putrefato através da democracia e das negociações, estavam no governo Raupp cumprindo sua políti-

ca de Frente Popular. A Secretaria da Agricultura era administrada pelo PT, quando ocorreu a chacina. Desta forma, os reformistas e pacificadores da luta de classes não têm como se desvincular do massacre.

Diante da barbárie, os organismos de "direitos humanos", a Igreja e dirigentes do próprio PT pediram apuração das responsabilidades ao próprio Estado. O governo democrático de Fernando H. Cardoso logo mandou a polícia federal investigar. Técnicos universitários foram mobilizados para comprovar a causa das mortes. Isso quando os próprios jornais da burguesia descreviam as execuções. Tudo para colocar uma máscara na responsabilidade do Estado.

Os reformistas se aproveitaram também da condenação da violência para manterem-se na sombra.

Os mais esquerdistas, que apoiaram a Frente Brasil nas eleições, condenaram em palavras o PT, mas se negaram a ouvir a defesa por uma campanha pela convocação de um Tribunal Popular, constituído por delegados de fábrica, de assembleias populares e do Movimento dos Sem-Terra (MST).

O princípio é que nenhum crime da burguesia e seus auxiliares contra os oprimidos será apurado e responsabilizado pelo Estado, que engloba o parlamento, a justiça, a polícia, os partidos burgueses etc. Somente os próprios explorados, com o método da

luta de classes, podem combater a barbárie dos escravocatas modernos.

O tribunal popular é um dos instrumentos da luta independente dos oprimidos. Nenhuma corrente que se reivindica do marxismo e da emancipação dos trabalhadores pode se negar a defendê-lo e a fazer campanha por sua constituição frente aos golpes dos capitalistas, como no caso da chacina dos sem-terra.

Pela convocação de um tribunal popular para julgar e punir os responsáveis pela chacina de Corumbiara!

Pela entrega imediata das terras aos camponeses!

Pela auto-defesa contra a repressão capitalista!

Pela unidade da cidade e do campo numa aliança operária e camponesa!

Partido Operário Revolucionário, Secção Brasileira do Comitê de Enlace da IV Internacional

Nacional



Governo FHC favorece latifundiários

A dívida do setor rural é de 7 bilhões de Reais. Destes, a maior parte foi contraída por latifundiários. Neste fim de outubro, o governo e a bancada parlamentar ruralista, representante da oligarquia agrária, chegaram a um "acordo", que simplesmente transfere toda a dívida para a União, protegendo os banqueiros credores e os latifundiários devedores. Os 7 bilhões começarão a ser pagos pelos capitalistas do agro a partir de 1997, tendo por prazo 6 anos.

Segundo cálculos da imprensa burguesa, somente "a diferença entre os juros de mercado e as taxas cobradas dos agricultores" provocará um prejuízo nos cofres públicos de 2,4 bilhões de Reais. Ocorre que os latifundiários pagarão em suaves prestações e com juros de 3% ao ano, enquanto o governo pagará para os banqueiros e Banco do Brasil a taxa de 35% ao ano. A diferença de 3% para 35% corresponderá aos 2,4 bilhões, na melhor das hipóteses.

Os capitalistas ficaram sorridentes. Nunca ga-

nharam tanto dinheiro fácil. Enquanto isso, o governo neoliberal pretende elevar os impostos dos assalariados, demitir em massa, acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e arrochar ainda mais os salários. Enquanto isso, os minifundiários não têm financiamento e vivem à mingua.

É para se esbanjar bilhões com os capitalistas parasitários e politiqueros que se faz as reformas antinacionais e antipopulares.

Os explorados terão de combater o governo burguês nas ruas, se não quiserem ver o desemprego e a fome se alastrarem ainda mais. A classe operária é poderosa porque tem os meios de produção nas mãos (as fábricas). Aliada aos camponeses e à classe média urbana empobrecida, torna-se invencível. Para isso terá de varrer de suas fileiras os reformistas e a burocracia sindical, que fazem oposição demagógica ao governo neoliberal, e encabeçar um movimento de maioria nacional ant imperialista e anticapitalista.

Judiciários

Só a luta pode barrar as demissões e o arrocho salarial

A aprovação d Reforma Administrativa coloca para todo o funcionalismo, a perspectiva de demissões em massa nesse setor. Ou seja, as demissões que já são aos milhares na indústria, chegarão agora ao funcionalismo.

O governo FHC caminha, aprofundando a recessão e penalização ainda mais os trabalhadores. O discurso de que é "preciso conter os gastos da máquina estatal", não passa de falácia, pois trata-se mesmo é de continuar pagando os juros altos ao capital financeiro parasitário e especula-

tivo, nacional e imperialista.

No momento em que o governo ameaça acabar com as conquistas históricas do funcionalismo (estabilidade, aposentadoria especial etc), aprofundando sua política recessiva e de entrega da economia nacional ao imperialismo, os trabalhadores tem que se organizar para a luta contra tais ataques.

Os judiciários em particular, têm uma árdua tarefa pela frente. Trata-se de organizar a luta contra o governo e ao mesmo tempo reconstruir seu sindicato, preenchendo assim, o vazio de direção deixado com a desintegração do SINJESP.

Nesse sentido, a constituição da Frente Judiciária (Boletim Alerta Judiciários), se constitui num primeiro passo. Tal Frente ao se colocar por organizar a classe, deve ser capaz de reorganizar a vanguarda combativa

que se estruturava em torno do SINJESP, e que hoje se acha completamente apática e desmotivada.

A experiência demonstra que só a organização da categoria em torno de um plano de lutas contra as demissões e o arrocho salarial, poderá levar a materialização de uma verdadeira direção, que possa preencher o vazio político deixado com o fim do SINJESP.

A reconstrução de um sindicato de luta no judiciário, passa pela organização da categoria, pois tais tarefas são inseparáveis. Ou seja, ao organizar os trabalhadores, a Frente Judiciária, na prática, estará se colocando como alternativa de direção, quer em relação ao vazio deixado pelo SINJESP, ou às "entidades burocráticas" (União, ASSETEJ etc.)

Movimento Operário



Campanha nacional do POR em defesa da Revolução Russa

O POR está realizando em suas frentes de intervenção uma série de palestras e debates em defesa da Revolução Russa de Outubro de 1917. Trata-se de uma campanha que tem por base a defesa do marxismo-leninismo-trotskyismo, do socialismo. O apodrecimento do capitalismo em nossos dias pode ser medido pela sua total incapacidade de fazer progredir as forças produtivas mundiais. A miséria absoluta que atinge mais de um bilhão de pessoas mostra que o que estamos discutindo é a própria sobrevivência da humanidade.

A máxima "Socialismo ou Barbárie" mostra-se com toda sua força em nossos dias. Quando o capitalismo, para sobreviver, é obrigado a destruir as forças produtivas em massa, aumentar o desemprego para níveis insuportáveis, espalhar as guerras entre nacionalidades e realizar intervenções bélicas que neutralizam qualquer traço de soberania nacional dos países atrasados e ameaçar o planeta com as disputas entre as potências, armadas para destruir dezenas de vezes o mundo inteiro, percebe-se que o capitalismo transformou-se num cadáver histórico, que só não foi ainda enterrado por causa da crise de direção do proletariado, armada pelo estalinismo contra-revolucionário e auxiliada por todo tipo de reformismo e revisionismo do marxismo.



A defesa da Revolução Russa é a defesa de uma saída para a humanidade, que certamente não se encerra numa revolução em um país ou bloco de países, mas na transformação radical das relações de produção em todo o planeta. Essa tarefa histórica certamente depende da superação da crise de direção, portanto da construção do partido mundial da revolução

socialista.

A defesa autêntica do socialismo, contraposta à demagogia dos "socialismos com democracia (burguesa)", requer conseqüentemente a luta política em defesa dos princípios da Revolução Russa, que hoje se traduzem no marxismo-leninismo-trotskyismo, rumo à construção dos partidos operários revolucionários em cada país. Implica na luta política contra o reformismo e os revisionismos, que expressam no interior do movimento operário as pressões de classe da burguesia decadente. Na defesa da estratégia da Revolução e Ditadura Proletárias e do método do Programa de Transição, que permite travar a luta pelas reivindicações imediatas e transitórias das massas, unindo-as com as estratégias de tomada do poder e construção do socialismo.

Viva a Revolução Russa de Outubro!
Que morra o capitalismo!
Viva o Socialismo!

Intensifica-se a opressão nacional em todo o mundo

Os recentes dados apresentados pelo relatório da ONU (1995) mostram o crescimento da dívida externa dos países semicoloniais. A endividamento externo dobrou nos últimos dez anos, de 800 bilhões de dólares para 1,6 trilhão de dólares em 1994. Somente no ano passado houve um crescimento de 100 bilhões.

A dívida dos países da América Latina era de 228 bilhões de dólares, em 1980. Foram pagos 400 bilhões de juros e amortizações e, em 1994, a dívida atingiu a volumosa soma de 533 bilhões.

Esses números gigantescos comprovam a sangria imposta pelo imperialismo aos países capitalistas atrasados,

que denominamos semicoloniais. Frente a eles não é possível esconder a divisão do sistema capitalista mundial de produção entre uma minoria de países opressores e a maioria de países oprimidos. Não é possível obscurecer que o imperialismo é o domínio do capital financeiro, produto da fusão do capital industrial e bancário.

A chamada globalização nada mais é do que o crescimento vertiginoso da expansão do capital financeiro e das multinacionais. As burguesias das semicolônias se tornam cada vez mais submissas dos banqueiros internacionais.

A época que vivemos se caracteriza pela rebelião dos países semicoloniais

contra o saque imperialista. Essa rebelião é encarnada pelas massas exploradas, tendo à frente o proletariado. A luta antiimperialista é fundamental como parte da revolução socialista.

O programa do proletariado inscreve a bandeira de independência nacional, que implica entre outras coisas estancar o saque e tirar do atraso as semicolônias. A vitória do proletariado dos países semicoloniais só será possível com o desenvolvimento da revolução no interior das potências imperialistas.

Internacional

50 anos de ONU - Uma festa de abutres

A comemoração dos 50 anos de fundação da ONU (24 de outubro de 1945) serviu de desfile para os chefes de estado burgueses e burocratas estalinistas renovados (aberta ou mascaradamente restauracionistas) fazerem os discursos da paz mundial, da igualdade e da justiça.

Não faltaram as "humilhações", como a da expulsão de Arafat, líder da OLP, do concerto da Orquestra Filarmônica de Nova York, por não ter sido convidado e, igualmente, a exclusão de Fidel Castro etc das solenidades patrocinadas pelo governo norte-americano. Como têm se tornado cada vez mais subservientes às potências, não lhes importa serem tratados como servos.

Fidel evitou qualquer ataque, ainda que verbal, ao bloqueio comercial imposto pelos Estados Unidos e se contentou por ter sido recebido por magnatas como os Rockefellers, interessados na abertura pró-capitalista de Cuba. A OLP foi saudada por Ytzhak Rabin por sua capitulação frente aos acordos impostos pelos EUA/Israel, em detrimento das massas palestinas.

O secretário geral da ONU, Butros Ghali, reclamou o tempo todo da falência financeira do organismo, uma vez que o maior contribuinte e dono (os Estados Unidos) não a paga. Bill Clinton esbravejou contra o narcotráfico, quando seu país é o maior consumidor de drogas do mundo e onde se concentra os maiores fascínoras.

Fernando H. Cardoso foi para reivindicar o direito do Brasil participar do Conselho de Segurança

da ONU, que significa formalizar a submissão do país semicolonial mais diretamente ao comando da potências. Reclamou das disparidades de riquezas mundiais, quando aplica um plano que favorece os banqueiros internacionais e esmaga a economia nacional. Vangloriou-se da democracia, quando envia tanques de guerra para ocupar usinas contra a greve dos petroleiros e mata camponeses, como em Corumbiara.

O corrupto dos corruptos, Carlos Menem, que quebrou a Argentina e elevou o desemprego a 24% da força de trabalho, fala em cooperação entre as nações para o desenvolvimento, prostando-se ao lado do governo inglês, que confiscou pelas armas as Malvinas.

O bêbado Yeltsin, mas lúcido para submeter a Rússia aos ditames das potências, conclamou o imperialismo a respeitar o papel de "seu" país como força européia.

Finalmente, a festa imperialista lançou um manifesto, que mais revela a agonia do capitalismo do que outra coisa. Propõe à ONU combater o narcotráfico, o terrorismo, o comércio ilegal de armas etc, promete transferir tecnologia, conhecimentos, para os países atrasados e estruturar um sistema comercial multilateral e, como não poderia deixar de ser, ampliar o Conselho de Segurança, certamente para negociar a entrada da Alemanha e Japão.

O narcotráfico movimentava 1 trilhão de dólares, quase o dobro do PIB brasileiro, o que significa que por detrás estão os banqueiros que sustentam tais governos. As drogas são mercadorias do capitalismo.

Não só não serão eliminadas, como crescerão. Em torno delas se estrutura uma poderosa fração da burguesia narcotraficante.

O comércio ilegal de armas é praticado principalmente pelas potências, tendo à frente os EUA. A intenção verdadeira é de maior controle do armamento dos países capitalistas atrasados e daqueles em vias da restauração.

O mais vasto terrorismo é praticado pelos Estados burgueses. Na verdade, o objetivo de combate ao terrorismo acoberta a política de ataque ao movimento das massas, que cresce no mundo todo, e contra sua organizações revolucionárias.

A transferência de tecnologia é a velha cantilena do controle das multinacionais. Basta se ver a tremenda pressão das potências para que Brasil, Argentina etc se submetam à draconiana lei das patentes.

Como se vê, por detrás dos festejos e dos discursos de cooperação, harmonia, fim das disparidades mundiais etc estão os interesses do capital financeiro mundial, sediados nas potências imperialistas. Eis porque os 50 anos da ONU foi um festejo dos abutres capitalistas.

A classe operária deve rechaçar toda a propaganda burguesa de sustentação desse organismo de opressão nacional e intervencionismo imperialista. E levantar seu programa de destruição mundial do capitalismo pela revolução proletária. Para isso, a tarefa estratégica é a de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista.



Rússia: Fracassa a restauração capitalista

(Extraído do Massas do POR boliviano, nº 1483)

Não somos nós que dizemos isso. Quem diz é o governo russo e foi transmitida pela agência EFE.

Já dizíamos que a restauração do capitalismo na URSS, o avanço da economia de mercado na China, Cuba etc não significa o rejuvenescimento de uma ordem social em decomposição, envelhecido irreversivelmente.

O que está acontecendo em todos os supostos paraísos novos do capitalismo (uma catástrofe própria de um sistema em decomposição, apodrecido até a medula) nos dá razão.

"As reformas capitalistas fazem estragos na nova Rússia, onde, segundo reconhece o governo, 40 milhões de pessoas vivem abaixo do nível de pobreza (extrema pobreza, n.r.), enquanto que o abismo entre pobres e ricos aumenta. O Comitê Estatal de Estatística... anunciou que 40 milhões de pessoas, 28% da população, têm ganhos mensais inferiores ao nível mínimo vital, calculado em 65 dólares"

Os próprios observadores e porta-vozes estão alarmados porque a situação macroeconômica - "relativamente favorável" - vai acompanhada de um persistente nível da população já muito baixo.

O abismo entre pobres e ricos se aprofunda mais e mais e o Estado não paga salários a setores consideráveis, o que se traduz em greves e protestos. "Somente em setembro pararam, no país, mais de 5000 empresas e organizações estatais".

Os alimentos básicos (farinha, pão, carne, leite, grãos) tiveram os maiores aumentos de preço. Igualmente a gasolina e o tabaco, roupas etc vão se tornando inalcançáveis para grande parte da população.

A descrição anterior é um pálido retrato da calamidade que vem açoitando o território da ex-URSS, tudo como consequência dos avanços da restauração capitalista, que se freia internamente devido seus desastrosos resultados.

Os próprios observadores e porta-vozes da ordem social burguesa mundial não têm outro remédio senão reconhecer que o retorno ao capitalismo não conseguiu superar as calamidades precipitadas pela burocratização do Estado operário. Muito ao contrário, as tem agravado.

A conclusão é que o capitalismo já não funciona e que inevitavelmente se autodestrói.

Além disso, a ex-URSS conhece a invasão de todas as enfermidades e vícios próprios do capitalismo em decadência e desintegração.

Em todos os lugares do planeta, o capitalismo agonizante exige ser enterrado. O que está mal é a falta de uma poderosa IV Internacional marxista-leninista-trotskista, capaz de dirigir o exército revolucionário mundial à vitória.

Por uma aberrante ironia da história, constatamos que nos lugares em que há conflitos sociais, descontentamento popular, greves etc, os resíduos do estalinismo contra-revolucionário tentam se pôr em pé, a ressuscitar.

Sabemos que o vazio deixado pelas direções revolucionárias é preenchido por qualquer organização, incluindo a pandilha de impostores.

Internacional

Bolívia: A Perspectiva que se abre no campo popular

A luta política atual

Nem bem se suspendeu o estado de sítio no país, as massas se lançaram ao combate. Agudiza-se a luta de classe contra classe. Analisamos em seguida a situação revolucionária e suas perspectivas.

O que está acontecendo no país vem confirmar, diante de nossos olhos, a justeza de nossa linha política. Repetimos que os dois estados de sítio não poderiam esmagar e dispersar as massas e que estas continuariam lutando contra a classe dominante e seu governo. O normal seria que ninguém objetasse nossa caracterização do momento como situação revolucionária.

Podemos adiantar que o novo impulso na luta das massas avançará a situação revolucionária.

Há um novo ingrediente que aprofundará esse processo. Referimo-nos ao agravamento da miséria, do aumento da inflação, da aceleração da subida dos preços, particularmente dos alimentos, que não poderá senão agudizar a miséria extrema da maioria do país.

Temos de observar que uma medida como a diminuição dos salários reais (menos comida diária) tem efeitos opostos segundo a situação política de um determinado momento. Quando as massas estão em retrocesso, este garrote acentua a depressão, o retrocesso, a própria situação

reacionária. Agora sucede ao contrário, a radicalização se acentua em resposta às medidas burguesas que prejudicam as massas.

Ingressamos numa agudização da luta de uma classe contra outra. Isto é o que não devemos esquecer e somente assim poderemos não nos equivocar na adoção da tática adequada.

Quais são as perspectivas agora? A situação, ao se aprofundar, não poderá menos que projetar a luta pela conquista do poder pelos famintos e oprimidos. Cuidado! Estamos falando de uma possibilidade, que certamente pode se frustrar devido a fatores inesperados, que no momento não aparece.

Contra o que e contra quem é a luta popular?

A luta das massas, das classes subjugadas e exploradas, não é abstrata, nas nuvens, ainda que não se expresse com precisão está sempre dirigida contra um determinado objetivo. Não poucas vezes, principalmente quando quase tudo é obra do impulso instintivo, o objetivo não aparece com clareza, se esfumaça em meio dos próprios fatos da luta diária.

Se observarmos as medidas que adotam nos diversos setores, suas reações, seus protestos, a direção de seus ataques, não temos outro remédio senão concluir que o objetivo das massas é sepultar, enfim, derrubar

o governo como expressão política da classe dominante.

No caso boliviano, falar em luta antiburguesa é tanto quanto travar a luta antiimperialista, isto pela natureza da burguesia do país. Quanto à burguesia não é nacional - isto devido à ausência da indústria pesada -, mas simplesmente comercial ou intermediária. O que quer dizer que não existem razões econômicas para se enfrentar, em determinado momento, o imperialismo, e que preferirá levar uma vida parasitária graças às esmolas que lança o amo estrangeiro. Por isso - repetimos - a luta antiburguesa é luta antiimperialista.

As massas bolivianas, inclusive as que vestem uniformes e estão nos quartéis, não ocultam seu repúdio, seu ódio contra a nação opressora, contra o imperialismo, contra os gringos.

A ação direta de massas (por exemplo, a greve) levará em suas entranhas a possibilidade insurrecional. Destaca-se a importância do partido.

As massas ao ganhar as ruas estão expressando ação direta e esta (por exemplo, a greve) ao se desenvolver pode efetivar a luta insurrecional, na qual o papel do partido se potenciará em grande medida.

(Extraído de La Colmena, nº 1318, outubro, por Guillermo Lora)

